

# SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE) E A EDUCAÇÃO EM SERGIPE

G – Sistemas em Educação

**Magali Alves de Andrade (UFS)**

**Andersonn Souza Gonçalves (UFS)**

**Zisleide Soares Moraes (UFS)**

**Thiago Souza Oliveira (UFS)**

## **Resumo**

As políticas públicas são caminhos para se chegar ao desenvolvimento. Sendo que a educação é uma das principais preocupações do governo na atualidade, muitos programas, ações e políticas do governo têm como finalidade a melhoria da educação como um todo. Esse trabalho tem como finalidade utilizar indicadores socioeconômicos e educacionais como uma forma de balizamento da eficiência das políticas educacionais adotadas no Estado de Sergipe. Para isso, foram utilizados dados do Censo Escolar da educação básica de 2002 e 2004, para entender o desenvolvimento da educação no Estado. O PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) é um plano recém criado, tendo apenas um ano, e é composto por diversos programas educacionais em diversos níveis do ciclo educacional, incluindo programas de mensuração do desempenho da educação. Os resultados principais do PDE estão disponíveis no âmbito nacional.

Palavras-Chave: Políticas públicas, Educação, Indicadores

## **Abstract**

Public policies are ways to reach development. Since education is a major concern of the government at present, many programs, actions and policies of government are intended for the improvement of education as a whole. This work is to use educational and socioeconomic indicators as a form of lights the efficiency of educational policies adopted in the state of Sergipe. To do this, we used data from the Census School of basic education in 2002 and 2004, to understand the development of education in the state. The DPE (Development Plan for Education) is a newly created plan, with only a year and is composed of various educational programs in various levels of the educational cycle, including programs to measure the performance of education. The key results of the DPE are available at the national level.

Keywords: Public policy, education, Indicators

## 1. Introdução

De acordo com a constituição de 1988, o Estado é responsável por oferecer a sua população, direito iguais, com acesso a educação, moradia, saúde, transporte e lazer, mas nem sempre esses objetivos são alcançados. Quando o estado se aproxima dessas metas, é sinal que estão se aproximando do estado de desenvolvimento. O estado deveria ser o maior interessado em atingir e cumprir com seu dever de oferecer os serviços básicos a sua população, entretanto essa não é a realidade de muitos países, estados e municípios.

Para que tais metas sejam alcançadas, o governo utiliza-se da elaboração de políticas públicas que consigam atingir objetivos menores, mas que colaboram na realização das metas constitucionais. Normalmente, as políticas públicas são formuladas por administradores públicos, que entende a realidade da população mais carente, de forma superficial, e dessa forma, muitas delas não conseguem fazer a modificação ou melhoria da realidade. Esse erro de cálculo, se é que pode ser denominado dessa forma, provoca gastos de dinheiro público para que pouca melhoria aconteça. No decorrer do tempo, foram sendo sentidas necessidades de melhorias e de uma investigação sobre as propostas das políticas públicas e seus verdadeiros resultados, foi então que por volta dos anos 60 foram surgindo sistemas de avaliação de políticas públicas.

O sistema de avaliações de políticas públicas podem ser implementadas de várias formas, podendo ser antes, durante ou depois da aplicação da política. A utilização de um sistema de avaliação de políticas públicas poderá fornecer os dados necessário para que elas sejam aplicadas da melhor forma, atingindo os melhores resultados para a população. Evitando gastos desnecessários para o contribuinte.

No Brasil, muitas políticas foram implementadas nos últimos anos. Principalmente na área de combate a pobreza, tendo uma visão de curto prazo, e de melhoria da educação, combate a pobreza no longo prazo. As duas são de extrema importância para a população de baixa renda. No entanto, a implementação de uma política educacional, se trata na verdade de uma condição básica para o desenvolvimento do País.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um programa governamental que tenta modificar a visão fragmentada da educação e implantar uma nova visão, uma educação sistêmica, onde toda a educação faz parte de um ciclo. Os desempenhos de cada

nível educacional, individualmente, interferindo no desenvolvimento do outro, assim, todos deverão receber a mesma atenção e empenho, contribuindo para um desenvolvimento equitativo da educação e tendo como consequente o desenvolvimento econômico e social da população.

Esse trabalho é composto de uma explanação sobre políticas públicas governamentais e a busca pelo fim da pobreza através das políticas e programas educacionais adotadas no Brasil, seguida por uma avaliação de indicadores educacionais do Brasil e do estado de Sergipe, utilizando-os como uma forma de balizamento da eficiência das políticas públicas adotadas nos últimos anos no estado.

Na primeira parte deste artigo será feito um levantamento de algumas políticas públicas para o combate da pobreza e melhoria da educação. Em seguida será feita uma avaliação da situação da educação no Brasil e em Sergipe, utilizando indicadores e índices educacionais como forma de avaliação das políticas públicas.

## **2. Políticas públicas de combate à pobreza**

Na América Latina vários países adotam políticas educacionais, no entanto mais da metade da população continua na pobreza, representando o lugar mais desigual do mundo. É preciso conceituar em termos mais atuais, e retirar da fatalidade os acontecimentos indesejados. Buscar formas alternativas de desenvolvimento, com a finalidade de diminuir a exclusão social e atender as necessidades básicas das pessoas. Um dos grandes entraves no combate à pobreza é a disparidade na distribuição de renda. Alguns caminhos para acabar com esses problemas seriam políticas de redistribuição e de rendas mínimas, com resultados de curto prazo. Políticas educacionais e de reestruturação social, atingiriam, da mesma forma bons resultados, no entanto, só seriam percebidos no médio e longo prazo (WERTHEIN; e CUNHA, 2003).

É necessária a busca de políticas de reestruturação que ao passo que contribua com o desenvolvimento da economia, contribua também com o fim da pobreza. A promoção do desenvolvimento sustentável, com políticas educacionais é eficiente. Entretanto, são resultados sentidos no longo prazo, e tendo em vista a pobreza latente, é necessária uma

melhor combinação de políticas para que se chegue ao desenvolvimento, passando primeiro pelo fim ou amenização da pobreza.

No Brasil uma grande gama de pesquisa sobre a pobreza, tendo como ponto de partida à renda, vem sendo desenvolvida em busca de ajudar na implantação de políticas antipobreza eficientes, localizadas e específicas, descrevendo as características das subpopulação pobre (ROCHA, 1996). Políticas educacionais para promover a erradicação da exclusão social e da pobreza, são importantes para evitar que o quadro social se agrave ainda mais. O crescimento econômico e equidade de renda entre os indivíduos colaboram para que a estrutura social se mantenha em um nível acima do considerado mínimo para o bem-estar social.

A adoção de política de combate à pobreza é o mesmo que assumir o compromisso de mudança na base dos gastos do governo. Implica concentrar recursos na operacionalização de políticas de combate a pobreza. Definindo objetivos e público-alvo dos principais gastos. É, ainda, direcionar recursos antigos e novos para o atendimento aos pobres, fazendo com que os que tenham potencial a sair do ciclo vicioso da pobreza, que o façam. A distribuição de renda assume um papel importante para o Brasil, pois a desigualdade de renda apresenta indicadores explosivos, de conflitos já insustentáveis. O crescimento evita o agravamento da situação atual de distribuição, promovendo a diminuição da desigualdade de renda e a redução da incidência da pobreza no país (ROCHA, 2003).

Para implantar uma nova matriz conceitual de desenvolvimento é preciso enfrentar algumas falácias, que Werthein e Cunha (2003) mostram em seu trabalho, apresentados inicialmente por Kliksberg em 2001: **Negação ou minimização da pobreza:** a partir do momento em que se assume que se têm pobres facilita a implantação das políticas de redução da pobreza. **Paciência:** é normal que as expectativas formadas sejam feitas para o curto prazo, mas há necessidade de um período de tempo para que se perceba os resultados das políticas de combate a pobreza. **Crescimento econômico:** o crescimento econômico facilita a implantação das políticas e a ascensão do desenvolvimento. **Existência da desigualdade:** a desigualdade pode existir, sem propriamente excluir a possibilidade de desenvolvimento. Essas são algumas das falácias que se precisa enfrentar para sair do

ciclo vicioso da pobreza, por intermédio do desenvolvimento e com políticas de educação e combate a exclusão social.

O estado de Bem-estar social é à base da estrutura moderna institucional da regulação entre o mercado e a organização da defesa social. Efetivamente só na década de 90 medidas para amenizar o efeito perverso dos ajustes estruturais em relação à sociedade. O combate à pobreza é chamado de benefícios (IVO, 2003).

Uma forma muito eficiente de acabar ou diminuir a pobreza é buscando formas de inserção do indivíduo no mercado, pois com o rendimento do trabalho, seguridade e poupança fazem com que os próprios trabalhadores atendam suas necessidades básicas evitando a pobreza, e não mais dependendo do apoio do Estado para suprir suas necessidades básicas, mínimas para uma vida digna. São notórias, as dificuldades encontradas para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, ou então ainda, a evolução adversa do rendimento do trabalho, podem, assim, afetar a incidência de pobreza. A tendência atual é o aumento do nível da escolarização dos trabalhadores, ou seja, existe uma marcha para a especialização. Uma exigência do mercado de trabalho que vem crescendo muito é a qualificação, o que findou reduzindo o número de ocupados com uma menor qualificação, com baixo nível de escolaridade. Essa mudança na demanda por mão-de-obra culminou em rendimento médio para os menos qualificados apresentaram apenas quedas. Enquanto os trabalhadores com mais de 9 anos de estudo apenas subiram (ROCHA, 2000).

Durante o governo Lula os gastos com a área social vêm aumentando significativamente, chegando a ser um dos maiores programas de transferência de renda do mundo. A maior preocupação é atingir as populações mais carentes do país, com práticas inovadoras, fazendo parcerias com estados e municípios. Também investe em programas e projetos na área social, principalmente de combate à fome e à pobreza extrema, como ficou, também, definido os objetivos do milênio pela Cúpula Mundial das Nações Unidas. Promovendo a inclusão social, aumentar a eficiência do gasto social, promover a segurança alimentar e combater a desigualdade. No caso do “Bolsa Família” a abordagem da avaliação é a rápida, com valores quantitativos e qualitativos, sendo o maior peso para valores qualitativos, no intuito de atingir o desafio de reduzir o feedbacks em tempo hábil. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) desenvolve políticas e programas

específicos do ministério e que envolvem coordenação interministerial. Para desenvolver um bom trabalho é necessário avaliações ex-ante e ex-post, mas para enfrentar o desafio de mudar a realidade de miséria extrema que o país enfrenta, não é possível esperar avaliações de caráter mais acadêmico tipo ex-posto cadastro único feito pelo governo ajuda na base de dados, mas ainda possui alguns problemas. Os gastos com as políticas ainda são insuficientes, e necessita ser mais bem gerenciados para que o ganho gerado pela eficiência possa ser alocado no atendimento de mais famílias (FONSECA, 2005).

### **3. Políticas públicas para educação**

O sistema educacional brasileiro atendia a uma visão fragmentada do seu ciclo, não havendo interligações entre os níveis educacionais, nível fundamental, médio, técnico e superior. O que ocorria era o desenvolvimento de programas e ações governamentais em educação, no entanto não havia uma seqüência do seu desenvolvimento.

Vários planos e programas acabaram por não apresentar os resultados esperados. Programas como alfabetização de jovens e adultos, por exemplo, é um programa de bons resultados. No entanto, a falta de uma continuidade desse programa, ou seja, a seqüência do ciclo educacional para os seus participantes. Apenas fornecer a alfabetização de jovens e adultos não é o suficiente para promover inclusão social ou combater as desigualdades sociais.

Não há uma perspectiva de continuidade para os participantes desses programas, que algumas acabavam parando de estudar sabendo apenas ler e escrever. Desta forma não estão sendo formados pessoas capazes de pensar a sociedade como um todo e serem críticas. Essa seria uma “educação de subsistência”, onde apenas a alfabetização é priorizada.

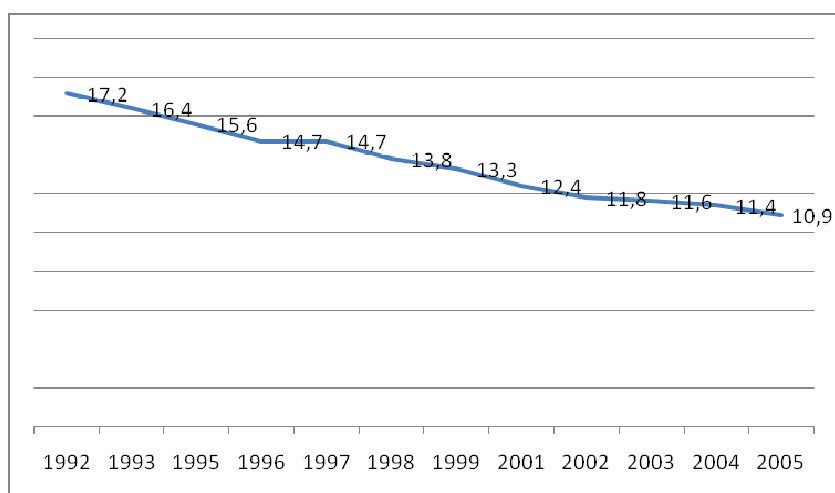
Outra visão muito comum, antes da idealização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é o desenvolvimento de um nível educacional em detrimento dos demais. Ou seja, para investir na educação de base, o ensino superior deveria ser deixando em segundo plano. Um retrato dessa realidade foi a estagnação no quadro de funcionários, técnicos administrativos e professores das Universidades e Escolas Técnicas.

O Plano de Desenvolvimento da Educação PDE é uma inovação de visão sobre a educação é a primeira vez que existe um empenho do governo para a mudança da visão de todo o ciclo educacional. Essa visão tem como base o inter-relacionamento entre o ensino fundamental com ensino superior, e a pesquisa influenciando o ensino médio, incluindo transporte e salários dos professores. A integração de todos esses fatores influenciando no desempenho da educação como um todo, tendo que ser tratada como uma unidade, englobando todos os níveis educacionais.

### 3.1. A situação da Educação

De 1992 – 2005 a taxa de analfabetismo, de pessoas de 15 anos ou mais, vem sendo gradativamente reduzida, em cerca de 0,5% ao ano, no entanto nos últimos anos essa redução vem se desacelerando. Em 2005 o analfabetismo atingia aproximadamente 14,6 milhões de brasileiros, sendo que o nordeste apresentava uma taxa três vezes maior que a do sudeste. A área rural apresentava 25% da sua população analfabeta, cinco vezes maior que a taxa da zona urbana. É importante também notar que entre pessoas com mais de 40 anos, a taxa de analfabetismo é de 19%, muito superior a de jovens de 15 à 24 anos, que é de 10,9%. Como é demonstrado no quadro abaixo (IPEA, 2006).

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo no Brasil população de 15 anos ou mais 1992-2005



Fonte: Pnad/IBGE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 instituiu como formação mínima a educação de base, que inclui educação infantil (crianças com até 6 anos de idade), até o ensino médio (adequado para faixa etária de 15 a 17 anos). É clara a falta de cobertura ao ensino infantil, principalmente na faixa etária de zero a três anos de

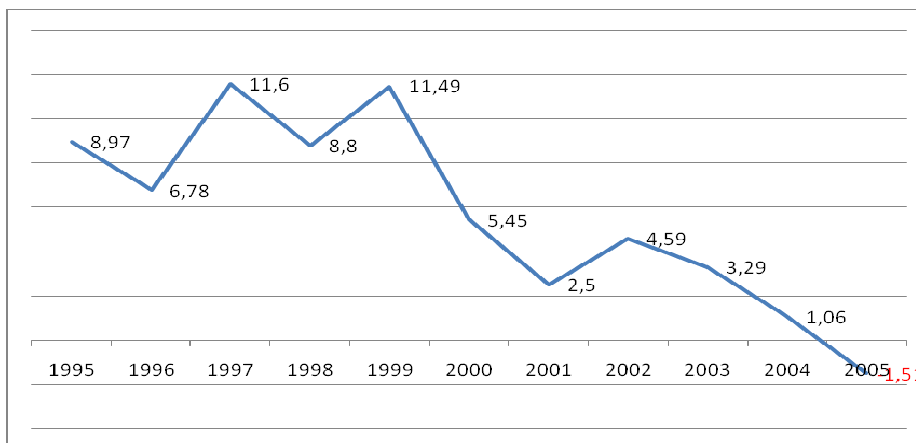
idade, que seriam as creches. Em 2005 apenas 13,3% dessas crianças freqüentavam creches, e durante os 10 anos avaliados, de 1995-2005, o atendimento a essa faixa etária cresceu apenas 5,7 pontos percentuais, esse crescimento é insuficiente para que a meta estabelecida pelo PNE, de terem 50% das crianças de zero a três anos matriculadas em 2001, seja alcançada. Um dos principais fatores da desigualdade de acesso a creches está na renda familiar, onde famílias com renda *per capita* de 3 salários mínimos é de 3,6% maior que para as famílias que ganham até ½ salário mínimo (IPEA, 2006).

Um dos melhores índices da educação brasileira está na faixa etária de 4 a 6 anos que freqüentam a escola, essa taxa foi de 73%, onde a meta do PNE seria de 60% em 2006. E um factível alcance da meta de 80% em 2011.

Na década de 90, o que aconteceu no Brasil foi uma universalização do acesso ao ensino fundamental, onde jovens entre 7 e 14 anos, não enfrentando maiores problemas com a escassa oferta de vagas, mas outro problema assola os jovens nessa idade escolar, é a evasão escolar e a repetência dos alunos, esses dois fatores são responsáveis pela diminuição da permanência dos jovens nas escolas. A diferença de renda é bastante representativa nas causas de evasão escolar. Um dos melhores resultados está na aproximação do índice da zona rural com a zona urbana, em 1992 eram 66,4% dos jovens de 7 a 14 anos estavam matriculados no ensino fundamental, já em 2005 representavam cerca de, 92%, isso na zona rural (IPEA, 2006).

Somente na segunda metade da década de 90, houve uma preocupação do governo federal com o ensino médio, apresentando no período de 1995-2000 uma expansão de 52% no número de matrículas, já no período de 2000-2005 houve uma aumento de apenas 10%. Em 2005 algo diferente aconteceu, houve uma redução, vista pela primeira vez, no entanto que já era prevista, pois o déficit educacional já estava sendo compensado. Apresentando uma redução de 2004 para 2005 de 138 mil matrículas, sendo que 96% desse total estavam concentrados no Estado de São Paulo, essa foi uma tendência nacional, mas quando avaliado em recortes regionais, é visível a disparidade entre o sul, sudeste e centro-oeste com relação ao norte e nordeste, sendo esses dois últimos, os únicos que apresentaram um aumento de matrículas no ensino médio. Essa evolução das matrículas pode ser vista no gráfico abaixo (IPEA, 2008).

Gráfico 2: Taxa de crescimento das matrículas no ensino médio de 1995 a 2005



Fonte: Inep/MEC

Em suma, esse quadro da educação brasileira apresenta uma melhora geral da educação básica, tendo sua máxima de prioridade nos anos 90, onde foram registrado maiores ofertas de vagas no ensino fundamental, que foi acompanhado por um aumento da demanda de vagas dentre a faixa etária de 7 a 14 anos. O ensino médio, que vem apresentado crescendo a taxas decrescentes, apresentando em 2005 um decréscimo no número de matrículas, pode ser um sinal de que a maioria da população já foi atendida, e já completaram ou estão matriculados no ensino médio.

É diagnosticado ainda, que mesmo desfrutando de vários programas públicos que envolvem a educação, há uma falta de planejamento e de criação de políticas educacionais voltadas para o ensino infantil. Isso se torna claro ao passo que, principalmente, crianças de zero a 6 anos de idade são normalmente deixadas de fora das escolas, ou seja, creches, por falta, na maioria dos casos, de creches públicas, aumentando mais ainda a disparidade educacional entre famílias com renda *per capita* baixa e entre famílias que apresentam rendas maiores.

### 3.2. PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

O PDE é um plano estrutural de longo prazo, com base na visão sistêmica de ensino. Retirando o posicionamento oposto entre os níveis educacionais. Acabando com a visão de que os recursos são escassos e o empenho na melhora de um, implicaria na deterioração do outro. Um dos exemplos de resultados dessa visão equivocada foi o congelamento de cargos, funcionários e professores das universidades em prol da

educação básica, conseqüentemente provocou um déficit de professores com licenciatura para exercer o magistério. É também, a execução de diversos programas e ações que tem como finalidade mudar o panorama da educação brasileira até 2021. É composto por mais de 40 programas. Caracterizando-se como uma tentativa de modificação da visão da educação, saindo de uma visão fragmentada para uma visão integrada e continua. A visão sistêmica, ou seja, é o comprometimento do governo com todo o ciclo educacional, que parte da creche até o pós-doutorado, fazendo a integração entre todos os níveis (PDE, 2008).

A educação é dever do Estado e todos têm direito de estudar e de aprender. Para que seja possível ofertar educação de uma forma igualitária a todos, independentemente da classe, idade, sexo, região, religião e raça, é preciso combater a pobreza e a desigualdade, combater o preconceito dentre outros fatores que são entraves ao desenvolvimento da educação igualitária para todos. A educação ofertada deve ser de qualidade e que possibilite a formação de pessoas críticas e criativas perante o mundo.

Acabar com essas desigualdades de oportunidades é um dos objetivos do PDE. Muitas dessas desigualdades são de cunho territorial, ou seja, diferentes municípios, Estados e regiões apresentam disparidades enormes. Buscar um formula de respeitar as diferenças regionais, sociais e culturais, no entanto dando um ensino de mesma qualidade a todos é um grande desafio para o governo.

A existência das desigualdades é clara, no entanto não basta supor, é preciso apontá-las. Como dentro de um município existem desigualdades e dentro de um estado existem mais ainda. Para diagnosticar essas disparidades algum mecanismo teria que ser criado, então surge o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). “O Ideb é um indicador de qualidade gerado pela combinação de duas fontes. A primeira é o fluxo escolar, avaliado pelo programa Educacenso. A segunda é o desempenho escolar, avaliado pela Prova Brasil.” (PDE, 2008. P.17)

A utilização do Ideb é uma tentativa de englobar avaliação, financiamento e gestão. Ou seja, a partir dos resultados obtidos no Ideb será traçada uma política de investimentos e de gestão escolar. Tentando manter e/ou recuperar a oferta de educação de qualidade. A finalidade do Ideb é verificar se a escola possui elementos estruturados para fornecer uma educação de qualidade.

Algumas modificações no cálculo do e Educacenso, que agora é feito por aluno e não mais por escola, dessa forma os dados sobre evasão escolar, aprovação e reprovações possam ser individualizados retratando com mais fidelidade a realidade. Prova Brasil avalia alunos da 4<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> (9<sup>a</sup> Série) pública urbana. Até 2005 a análise da educação era feita pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e era aplicado a cada 2 anos a uma amostra de alunos de cada estado, sendo uma ferramenta limitada para a avaliação da situação geral.

Em 2008 será realizado a Provinha Brasil<sup>1</sup> que medirá o nível de alfabetização 9,5 mil cursos de graduação terão o desempenho medido pelo ENAD (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) (PDE, 2008)

A utilização de notas ou de percentuais de aproveitamento e evasão escolar, como taxa de matrículas e analfabetismo, são formas de avaliar o resultado concreto das ações e programas governamentais. A realização de provas e cruzamento dos resultados, tanto no espaço temporal, como geográfico são bem representativos no tocante à caracterização da região analisada.

A utilização de medidas únicas para todo o Brasil permite comparar o desempenho de estados e municípios que estão no mesmo centro geográfico e perceber a disparidade entre eles. Pois se é possível perceber a diferença de desempenho entre escolas de um mesmo município, essa diferença se torna maior quando analisados municípios diferentes, e maior ainda quando a análise é feita por estado.

A criação dessas provas é uma forma de medir, ou de fazer a avaliação da eficiência da política pública desenvolvida na região, município, estado ou país. Assim, permite o acompanhamento aproximado da implantação e desenvolvimento de políticas e ações públicas.

#### **4. Resultados de políticas públicas educacionais em Sergipe**

---

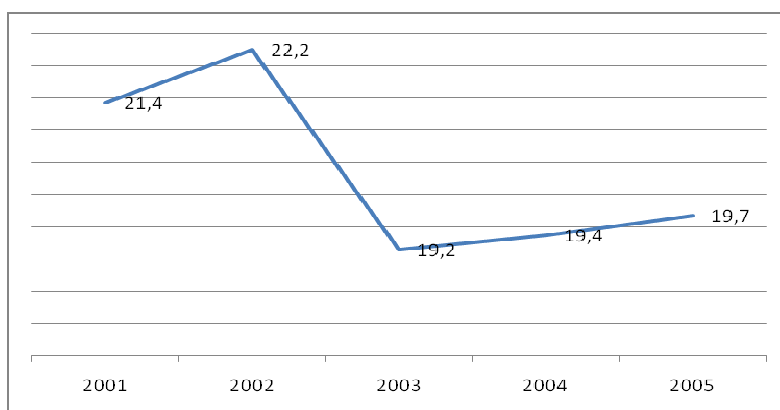
<sup>1</sup> Prova que avaliará nacionalmente a situação dos alunos dos dois primeiros anos do ensino fundamental.

Sergipe também está seguindo os passos do Brasil, onde em solenidade em julho de 2007, onde foram apresentados os programas de melhoria da educação básica, entre eles o PDE com 28 diretrizes de qualidades a serem alcançadas. Como por exemplo, o Brasil apresenta uma média, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de 3,8. Essa é uma média insatisfatória para o Governo Federal, tendo como meta uma média de 6,0 em 2022, no cenário nacional. Em Sergipe esse fato é mais grave ainda, pois a média do Ideb é apenas 3,0, muito abaixo da média nacional. A meta para Sergipe é que essa média suba para 5,3, pouco abaixo da nacional, em 2022.

Sergipe apresenta uma taxa de analfabetismo ainda grande, quando comparado aos índices nacionais. Mas desde o final da década de 90 e início dos anos 2000, apresentou uma queda bastante significativa na taxa de analfabetos de 15 anos e mais. Apresentando a maior queda entre os anos de 2002 para 2003, caindo de 22,2% para 19,2%. Provavelmente impulsionado por programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que foi implantado com o intuito de diminuir o analfabetismo e de possibilitar o acesso à educação básica.

Esse avanço na educação básica em Sergipe, entretanto tem apresentado números não tão representativos assim, nos anos sequenciais, de 2003 a 2005, a taxa de analfabetos apresenta pequena elevação, cerca de 0,25% ao ano. Tal fato é de causar preocupação nos órgãos públicos, pois o estado não tem mais acompanhado a tendência nacional, mesmo seguindo os mesmos planos e programas. Isso pode ser um sinal da necessidade de implementação de planos regionais de desenvolvimento da educação básica local.

**Gráfico 3: Analfabetismo pessoas 15 anos mais - (%) em Sergipe de 2001 a 2005**

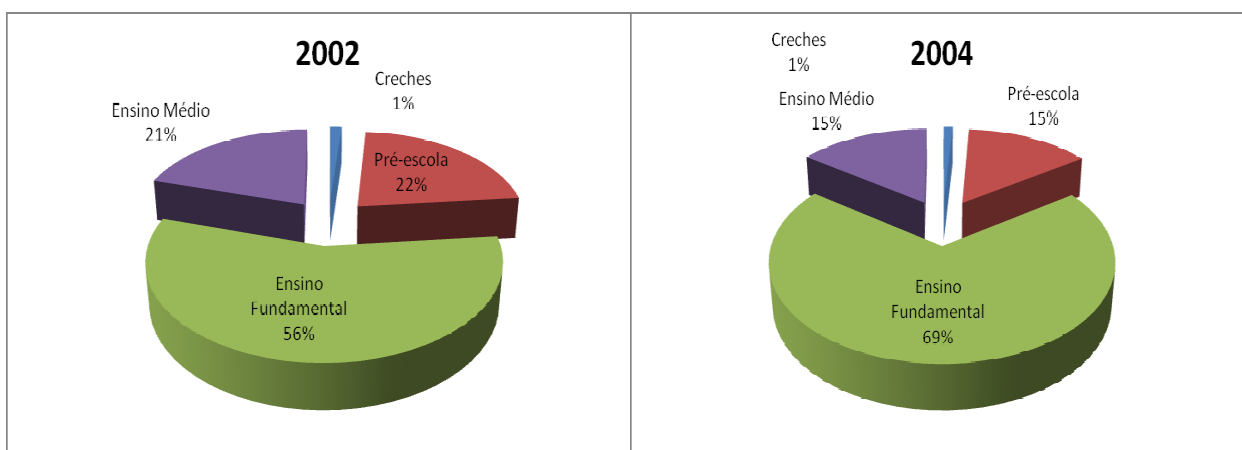


Fonte: IPEADATA

Dados do INEP mostram que Sergipe é um dos estados com menor número de matrículas em creches apresentando, em 2002, pouco mais de 5 mil, ficando a frente apenas dos Estados do Acre (1.887), Roraima (2.772) e Amapá (1.199). Já em 2004 esse número sobe para 6.315, uma melhora significativa, mas descendo apenas 1 posição com relação aos estados, ficando em 5º lugar, com menor número de matrículas em creches do Brasil. Entretanto, Sergipe demonstra uma recuperação em número de matrículas na pré-escola, sendo aproximadamente 84 mil em 2002 e quase 86 mil em 2004.

No quadro abaixo, podemos perceber, por nível de escolaridade, que todos apresentaram melhoras entre 2002 para 2004. Tendo destaque o ensino fundamental, que apresentou a maior elevação no número de matrículas e sendo o responsável por maior número de matrículas dos níveis de ensino básico.

**Gráfico 4: Número de matrículas dos níveis escolares em Sergipe 2002 e 2004**



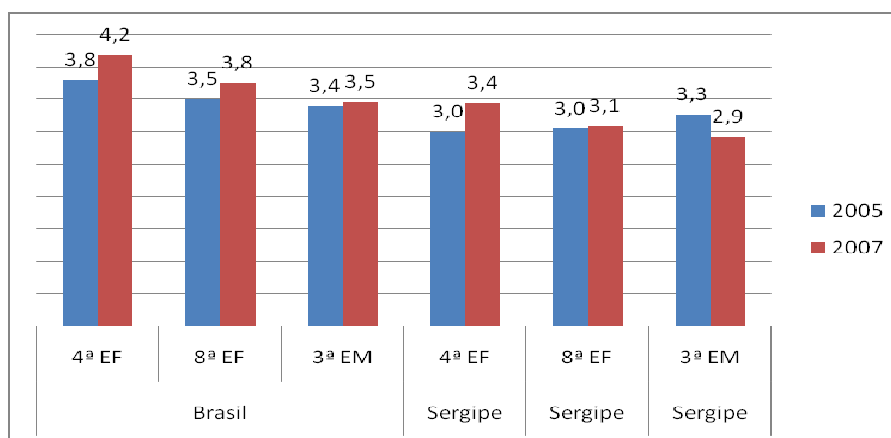
Fonte: Inep/Censo Escolar 2002 e 2004

É preciso se pensar um modelo educacional que englobe políticas públicas em diversas áreas, para que assim as políticas públicas possam apresentar melhores resultados, pois mesmo que apresentem melhoras significativas, trabalhos em conjunto, políticas da área de educação vinculada a políticas de geração de emprego e renda, poderiam apresentar resultados mais significativos e mais consolidados.

Fazendo uma análise das notas obtidas pelos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e o 3º ano do Ensino médio, será possível perceber a evolução do desempenho da maioria dos alunos. No entanto, pode ser vista a diferença entre os resultados obtidos no geral, pelo país e os apresentados por Sergipe. No IDEB de 2005 e

2007, Sergipe apresentou uma melhora nas notas dos alunos do ensino fundamental, mas no ensino médio as notas caíram, ficando muito abaixo da média do Brasil que atingiu nota média de 3,5 em 2007, e Sergipe apenas com uma média de 2,9.

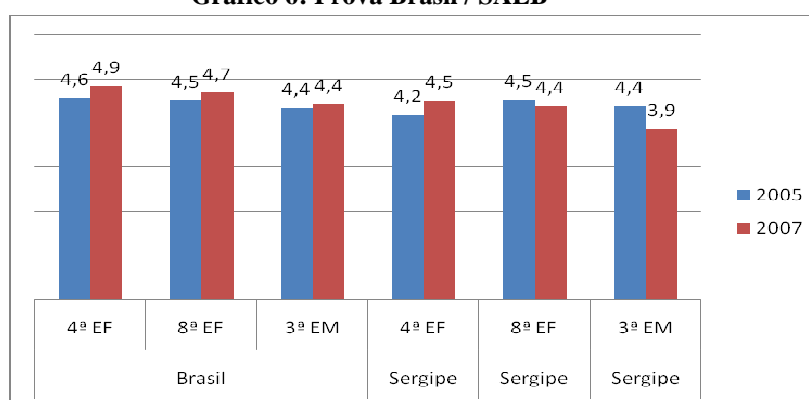
Gráfico 5: Notas do IDEB 2005/2007



Fonte: Inep/MEC

O gráfico a seguir apresenta a nota média na Prova Brasil/SAEB, onde pode-se observar que Sergipe, teve um péssimo aproveitamento entre 2005 e 2007. Apresentando reduções de 4,5 para 4,4, na 8ª série do ensino fundamental e de 4,4 para 3,9 na 3ª série do ensino médio. Enquanto Sergipe demonstra numeros modestos e decrescentes, a nota geral do país aumentou.

Gráfico 6: Prova Brasil / SAEB



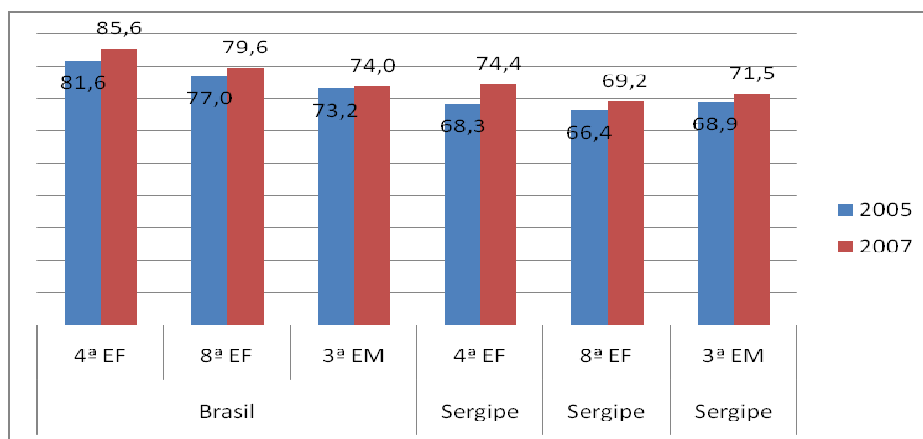
Fonte: Inep/MEC

A taxa de aprovação demonstrada pelo Censo Escolar é de extrema importância para a análise do funcionamento do sistema educacional, pois representa o aproveitamento dos alunos matriculados. Ou seja, não é importante que o aluno esteja apenas matriculado

no ensino fundamental ou médio é importante que esse aluno esteja tendo um bom aproveitamento dos seus estudos.

No entanto, isso não quer dizer que o mais importante dentro do sistema educacional é a aprovação, pois não adiantará um alto nível de aprovações com pouca assimilação do conteúdo que foi lecionado para os alunos. Uma tentativa de elaboração de um sistema diferenciado de ensino facilite a assimilação do conteúdo acadêmico com a sua realidade.

**Gráfico 7: Taxa de Aprovação (Censo Escolar)**



Fonte: Inep/MEC

Esses dados de aprovação apenas demonstram a tendência dos alunos como um todo. Ou seja, qual a proporção de alunos que não tiveram problemas com reprovações no ensino fundamental e médio. Como apresentado no gráfico acima, a tendência geral é de uma diminuição nas reprovações, principalmente nas séries iniciais, ficando um pouco menor esse índice nas séries mais elevadas, não passando de 74 no 3º ano do ensino médio, para o Brasil e atingindo 71,5 para Sergipe, ambos em 2007.

## 5. Conclusões

É preciso pensar modelos de políticas públicas e de sistemas de avaliações, de forma que conduza as políticas e transforme seus objetivos em realidade o mais rápido, direto e eficaz possível. Evitando que políticas com poucos resultados sejam mantidas, levando apenas ao gasto de dinheiro público, sem oferecer resultados significativos para a população.

No entanto, Silva e Melo (2000), alertam para que a avaliação não seja vista apenas como uma possibilidade de mudança de rota, mas ser encarada como um processo de aprendizado, dando lugar a uma constante reformulação da política, buscando sempre a eficiência. E que a implementação e avaliação podem ser considerados como modelos aplicados na sociedade que para saber a eficiência ou eficácia é necessário fazer avaliações e ser mensurado constantemente. Para eles a implementação e a avaliação devem ser vistas como testes de modelos causais, que ao longo do tempo pode ser modificado ou abandonado.

O PDE é uma tentativa dessa modificação, a ação conjunta, coletiva e integrada dos diversos níveis de governamentais em prol do desenvolvimento do sistema educacional como um todo, é a possibilidade de, em um futuro próximo, o analfabetismo seja apenas números do passado. E que a maioria da população tenha acesso a cursos de níveis técnicos e/ou superiores de forma que seja democratizado o acesso a educação como a inclusão do indivíduo como um ser pensante e atuante na sociedade que está inserido.

O desenvolvimento econômico e social é a meta da maioria das nações, a forma de alcançar esta meta é que difere entre as nações. As formas dessa busca, geralmente, são feitas através de elaboração de políticas sociais, econômicas, educacionais, trabalhistas e de geração de emprego e renda. Tendo na educação ao ponto de ação principal, pois a partir da oferta de uma educação forte e consistente a possibilidade de gerar empregos e a capacidade técnica de ocupação desses novos empregos gerados, seja possível de forma fácil e eficiente.

Elaborar programas que subsidiem todas essas áreas é um trabalho árduo e difícil, por isso existem vários programas e projetos que buscam atender uma pequena parcela das necessidades da população em cada uma dessas áreas. O trabalho do governo é dar apoio financeiro e dar condições para a implementação dessas políticas. No entanto, muitas são falhas e não cumprem o que se dispõe a fazer, e são nesses casos que existem uma maior necessidade de implementação de um sistema de avaliação de políticas públicas.

As políticas públicas são necessárias para diminuir o déficit do governo com a população, mas eles não precisam acarretar em gastos, sem retorno, para a população, sendo assim, é necessário se buscar a eficiência máxima das políticas, e é por meio da

avaliação dessas políticas que o governo pode decidir continuar, extinguir ou modificar qualquer política pública adotada pelo governo.

Marta Arretche, durante a entrevista a revista ComCiência, comenta que a grande importância de buscar a avaliação das políticas públicas no âmbito social e econômico, trata-se de uma prestação de contas com a população, pois todo o dinheiro gasto na implantação dessas políticas é proveniente do contribuinte, então nada mais justo que esse gasto do dinheiro público volte em forma de melhoras econômicas ou sociais para a sociedade e, assim, para o cidadão é essa avaliação que permite o controle social do uso desses recursos. Em segundo lugar, empregando eficientemente os recursos públicos, ou seja, a maximização dos recursos tem como principal consequência a eficácia e a possibilidade de abrangência do programa, assim podendo beneficiar um maior número de pessoas com o mesmo número de recursos. Por tal motivo, uma avaliação tecnicamente bem feita pode responder às perguntas referentes a esses resultados obtidos pelos programas. E que existem vários órgãos fazendo pesquisas na área de avaliação de políticas públicas, não apenas órgãos acadêmicos, mas também institutos de pesquisa e órgãos públicos. No entanto, tais abordagens torna os resultados muito heterogêneos. Algumas pesquisas podem se tornar tendenciosas de acordo com a origem do instituto de pesquisa. No entanto, têm-se dentro das pesquisas desenvolvidas muitas pesquisas de grande relevância e total confiabilidade. Várias equipes são formadas especificamente para fazer avaliações de programas de políticas públicas dentro do próprio governo como também partindo de instituições independentes.

Sendo assim, o desenvolvimento de indicadores que transformem a realidade em dados e possibilidades visíveis são importantes para que as políticas públicas sejam eficazes, sem gastos desnecessários e trazendo, em maior quantidade e qualidade, os benefícios para a sociedade mais necessitada.

## Referências Bibliográficas

COMCIÊNCIA. Avaliação de políticas públicas é objeto de pesquisa. SBPC/Labjor, 2002. Acesso em: 17/11/2007. Disponível em: <[www.comciencia.br/entrevistas/ppublicas/arretche.htm](http://www.comciencia.br/entrevistas/ppublicas/arretche.htm)>

CUPÚLA MUNDIAL sobre Desenvolvimento Sustentável: Declaração de Joanesburgo e plano de implementação (2002: Joanesburgo, África do Sul). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003.

FARIA, Carlos A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 20, nº 59, 2005. Acesso em: 20/09/2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>

FONSECA, Ana. **Avaliação de políticas sociais: O desafio de fazer, analisar e corrigir simultaneamente.** 2005. Acesso em: 10/11/2007 Disponível em: <[www.fao.org/regional/LAmerica/prior/desrural/gasto/2005/fonseca.pdf](http://www.fao.org/regional/LAmerica/prior/desrural/gasto/2005/fonseca.pdf)>

IBGE, [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)

INEP, Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica – 2002. Ministério da Educação, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_, Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica – 2004. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Social: acompanhamento e análise (1995-2005).** Edição Especial 13, 2006.

IPEADATA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Acesso em 05/02/2008, Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>

IVO, Anete Brito Leal; **Política sociais de combate à pobreza nos anos de 1990: Novas teses, novos paradigmas.** in: SUPERINTENDÊNCIA de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas)

ROCHA, Sônia. **Renda e Pobreza: Os impactos do plano real.** Textos para discussão nº439, Rio de Janeiro: IPEA, 1996. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/td/td0439.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0439.pdf)> Acesso em: 04/09/2006.

\_\_\_\_\_, Sônia. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real.** Textos para discussão nº721, Rio de Janeiro:IPEA, 2000. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td0721.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0721.pdf)> Acesso em: 26/10/2006.

\_\_\_\_\_, Sônia. **Pobreza e Transferência de Renda.** In: UNESCO. Org. NOLETO Marlova J.; WERTHEIN Jorge. Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003.

PDE, Plano de Desenvolvimento da Educação / 1 ano, 2008.

SEB, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **O que é o Plano de Desenvolvimento da Educação?** 2008/1. Acesso em: 10/01/2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/oquee.html>>

SEB, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Educação básica no Brasil** 2008/2. Acesso em: 10/01/2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=715&Itemid=864>>

SILVA, Pedro L. B.; MELO, Marcus A. B. de. O processo de implementação de políticas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. NEPP – Núcleo de Estudo de Política Públicas/UNICAMP, Campinas-SP, 2000. Acesso em: 11/01/2008. Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br/Cadernos/Caderno48.pdf>>

WERTHEIN Jorge; CUNHA Célio da. **Políticas de educação e combate à Pobreza**. in: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas)